



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### SESSÃO DE 2 DE DEZEMBRO

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade  
Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo  
Alfredo Fernando de Carvalho  
José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

Antes da ordem do dia. — Foi aprovado o n.º 42 do Diário. Deu-se conta do expediente.

A Assembleia autorizou o Sr. Deputado Benjamim Leitão (PS) a comparecer no Tribunal da Comarca de Setúbal.

O Sr. Deputado Magalhães Mota (PSD) fez uma declaração política partidária em que acusou o Governo de, pela sua inoperância, estar a ser factor de desestabilização. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados José Niza e Luís Manuel Moura, do PS.

O Sr. Deputado Américo de Sequeira (PSD) expôs vários problemas do distrito de Viana do Castelo, sobretudo no sector agrícola. Respondeu também a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Bento de Azevedo (PS).

O Sr. Deputado Carlos Carvalhas (PCP) produziu considerações sobre a actual situação económica e financeira do País, aconselhando a direcção do PS a rever a sua política de cedenças à direita. Respondeu ainda a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Luís Manuel Moura (PS).

O Sr. Deputado Barbosa da Costa (PSD) referiu-se a alguns dos mais graves problemas que afligem o povo de Vila Nova de Gaia.

Acerca da admissibilidade regimental de um requerimento do Partido Socialista pedindo a prorrogação do período de antes da ordem do dia, a fim de fazer uma declaração política, usaram da palavra os Srs. Deputados Sérvulo Correia (PSD), José Luís Nunes (PS), António Arnaut (PS) e Vital Moreira (PCP), tendo o Sr. Presidente, face aos esclarecimentos prestados, indeferido o requerimento.

**Ordem do dia.** — Na sequência de um pedido do Governo para ser adiado o debate sobre a ratificação do Decreto-Lei n.º 765/76, de 22 de Outubro, por ausência do Sr. Ministro dos Transportes, realizou-se uma reunião do Sr. Presidente com os representantes dos grupos parlamentares, na qual se

decidiu adiar esse debate e proceder na sessão seguinte ao debate sobre a ratificação do Decreto-Lei n.º 821/76, com a presença do Sr. Ministro do Trabalho, bem como à designação da deputação da Assembleia ao Conselho da Europa.

Sobre problemas ligados às decisões tomadas na referida reunião usaram da palavra os Srs. Deputados Magalhães Mota (PSD), José Luís Nunes (PS) e Vital Moreira (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 19 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

#### Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
Agostinho Martins do Vale.  
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.  
Alcides Strecht Monteiro.  
Alfredo Fernando de Carvalho.  
António Barros dos Santos.  
António Cândido Miranda Macedo.  
António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.  
António José Pinheiro Silva.  
António José Sanches Esteves.  
António Riço Calado.  
Aquilino Ribeiro Machado.  
Armando dos Santos Lopes.  
Benjamim Nunes Leitão Carvalho.

Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.  
 Carlos Manuel da Costa Moreira.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
 Etelvina Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.  
 Fernando Reis Luís.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.  
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.  
 Francisco António Marcos Barracosa.  
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
 Francisco Alberto Pereira Ganhitas.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 Herlânder dos Santos Estrela.  
 Joaquim José Catanho de Meneses.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 José Borges Nunes.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 Ludovina Rosado.  
 Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Manuel Barroso Proença.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Manuel Francisco Costa.  
 Manuel João Cristino.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Mário António da Mota Mesquita.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Telmo Ferreira Neto.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.  
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 Américo Natalino Pereira de Viveiros.  
 Américo de Sequeira.  
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
 António Joaquim Veríssimo.  
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 António Moreira Barbosa de Melo.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
 Eduardo José Vieira.

Fernando Adriano Pinto.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 Henrique Manuel de Pontes Leça.  
 João Lúcio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.  
 José Alberto Ribeiro.  
 José Alves da Cunha.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.  
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.  
 José Teodoro de Jesus da Silva.  
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Henriques Pires Fontoura.  
 Manuel Sérgio Garcia Vila-Lobos Meneses.  
 Maria Élia Brito Câmara.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Pedro Manuel Cruz Roseta.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Francisco Manuel Farromba Vilela.  
 Henrique José Cardoso de Meneses Pereira de Morais.  
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Luís Mendonça de Freitas Monteiro.  
 António Marques Matos Zuzarte.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel de Paiva Jara.  
 José Pedro Correia Soares.

José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.  
 Raúl Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Victor Henrique Louro de Sá.  
 Victor Manuel Benito da Silva.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 153  
 Srs. Deputados.  
 Está aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*

## ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Está em aprovação o n.º 42 do *Diário*.

Há alguma objecção?

*Pausa.*

Considero-o aprovado.

*Deu-se conta do seguinte*

### Expediente

#### Telegrama

Comissão promotora Associação Solidariedade de Portugal Chile Democrático no início suas actividades perante dramática situação regime opressão existente no Chile, condenado por organismos internacionais e pela opinião pública mundial, solicita e apoia vossa acção sentido serem promovidas iniciativas e aprovadas resoluções conducentes ao reforço da solidariedade para com a luta do povo chileno contra regime de Pinochet e nomeadamente corte relações diplomáticas Portugal democrático Chile fascista.

*Alfredo Esteves Belo, António Costa Leal, Nuno Portas, Raul Rego, Ulpiano Nascimento.*

#### Exposição

Da Comissão Coordenadora da Metalomecânica Pesada, relativa a diligências efectuadas para a criação do Centro de Coordenação da Indústria Metalomecânica Pesada.

#### Moções

Aprovada em reunião de reformados realizada em Sacavém, chamando a atenção do Governo para a grave situação dos reformados.

De trabalhadores da Papelaria Fernandes, S. A. R. L., manifestando o seu mais vivo protesto pelo aumento do custo de vida e apelando para que as investigações sobre a rede bombista prossigam até às últimas consequências.

Aprovada em assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca (secção do Porto), reclamando que toda a legislação do trabalho seja sub-

metida a apreciação pelos trabalhadores, em prazos compatíveis e que permitam amplas consultas e discussões.

Aprovada pelos conselhos da delegação do Inatel — Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, exigindo que a comissão administrativa recomece a funcionar ao serviço dos trabalhadores, para o que devem os delegados do Ministério do Trabalho subordinar-se a métodos de trabalho democráticos.

### Cartas

De Tomás Casanova Alves do Nascimento, do Porto, manifestando a sua discordância com o pagamento parcial do 13.º mês em títulos do Tesouro.

Da comissão de trabalhadores da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, remetendo o comunicado n.º 36, em que expressa a sua posição sobre o aumento para quarenta horas do horário de trabalho.

Do Sindicato da Função Pública da Zona Sul, remetendo fotocópias de actas, moções e propostas sobre posições assumidas contra o projecto de decreto de alteração do horário de trabalho da Função Pública.

### Telegramas

Do Núcleo de Ferroviários de Apoio à FEPU, protestando contra a recusa de listas Povo Unido, em Torres Vedras, e exigindo a sua aceitação e o cumprimento da Lei Eleitoral.

Da direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Beja, protestando contra a alteração da lei sindical quanto à cobrança de quotas e considerando tal medida inconstitucional e ingerência provocatória na independência do movimento sindical.

De candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido, de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço, manifestando profunda preocupação pelas posições assumidas pelo juiz da Comarca de Torres Vedras.

Do MARN, protestando contra a extinção do SADA, que, apesar das deficiências em algumas regiões, não tem, em seu entender, outro serviço igual.

Do Sindicato dos Ferroviários do Centro, analisando os projectos de lei n.ºs 7/I e 8/I, que entende tomar a seguinte posição: apoiar a revogação do Decreto-Lei n.º 530 e apoiar o projecto de lei n.º 8/I, por corresponder, no essencial, às posições sempre defendidas pelos trabalhadores.

De três sindicatos repudiando a decisão do Conselho de Ministros de alterar o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 215-B/75.

De trabalhadores da Indústria Nacional de Produtos Químicos, L.ª, repudiando energicamente o não recebimento por inteiro do 13.º mês.

Do Conselho Geral de Trabalhadores da Lisnave apoiando toda a luta que os trabalhadores agrícolas de Beja vêm travando contra a ocupação ilegal, pelo agrário, da terra conquistada pelos trabalhadores.

Do Sindicato dos Profissionais do Comércio e Serviços do Distrito de Évora manifestando o mais vivo repúdio pela intervenção de forças paramilitares em problemas da Reforma Agrária.

O Sr. **Presidente**: — Encontra-se na Mesa uma resposta do Sr. Alto-Comissário para os Desalojados a um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Bento de Azevedo.

Está presente o Sr. Deputado Benjamim Leitão?

*Pausa.*

Já tomou conhecimento de um pedido que lhe é endereçado e não tem nada a objectar?

*Pausa.*

Trata-se, Srs. Deputados, de um pedido do Tribunal da Comarca de Setúbal para que este Sr. Deputado possa nele comparecer no dia 3 de Dezembro, pelas 15 horas, a fim de se proceder a uma audiência preparatória de acção cível que se encontra ali pendente.

Se a Câmara não tem nada a opor, está concedida a autorização pedida.

Chamo a atenção da Comissão Parlamentar para os Desalojados. Pedia aos Srs. Deputados que a compõem para nos reunirmos na quinta-feira próxima, pelas 17 horas e 30 minutos, no meu gabinete.

Para uma declaração política, em nome do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. **Magalhães Mota (PSD)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não deixa de ser motivo de reflexão a dimensão política assumida pela questão dos títulos do Tesouro.

O Governo anuncia a publicação de um diploma. Como em relação a muitos outros anúncios, resta esperar que não demore demasiado a publicação, para que a ideia ultrapasse dimensões do ouvir dizer ao Sr. Manuel Alegre ou ao Conselho de Ministros e possa então ser criticada com inteiro conhecimento.

Mas a verdade é que a intenção governamental tem sido amplamente discutida e não parece deva a Assembleia da República ignorar o facto.

Não vou pedir-vos, Srs. Deputados, que colaborem no jogo kafkiano que começam a ser os comunicados do Conselho de Ministros, porque os tempos exigem actos e não palavras.

O Sr. **Sérvulo Correia (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas gostaria de salientar que não deixa de ser sintomático e grave que sejam as realidades quotidianas, o viver dia a dia ou mês a mês, a preocupação do imediato que domine politicamente uma nação e um povo.

É já o amanhã que nos preocupa. É o chapa ganha, chapa gasta o nosso projecto colectivo.

Parece que o projecto revolucionário murchou. Que sentimos, confusamente embora, que depois de amanhã poderá não haver ou não ser. Parece que em relação ao futuro só experimentamos medo ou a indiferença do conformismo. País adiado, dizem uns. A espera. Mas em que, dizia-o o Presidente da República, «o povo vai ficando cansado de ver que tudo é pretexto para adiar a solução dos seus problemas».

Para os cidadãos, política é o que resulta concretamente, para si e para os seus, da gestão do País. Não são as palavras que governam. E vamos, dia a dia, correndo o risco maior que é o de continuar sem imaginação e sem vontade. Sem política económica.

A desperdiçar recursos para mascarar, reparar, camuflar os resultados viciados de uma estrutura que se sabe viciosa, mas se mantém. Nos exercícios que parecem ser o talento dos conservadores.

O Sr. **Moura Guedes (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — O Governo parece convicto de que o somatório dos seus inimigos é directamente proporcional ao mínimo das suas iniciativas. Por isso prefere ir ver como está o Porto ou se na Guarda já neva.

**Vozes do PS**: — Não apoiado!

O **Orador**: — Talvez até faça bem. Que em algumas das terras visitadas e a visitar se estaria já pensando que isto de haver Governo era invenção lisboeta, boatos que correm, tradição.

*Risos do PSD.*

Mas o «viajo, logo existo» governamental não chega. Aí está a nossa história a recordar-nos como as hesitações, a indiferença e a abstenção dos governos nos puderam comprometer como nação.

Não é um espantalho facilmente erguido para melhor e mais fácil combate o falar-se em «desestabilização» e em perigos para a democracia.

O que queremos aqui solenemente informar e afirmar é que a impotência e a inoperância do Governo são factores de desestabilização e causas desses riscos.

O Sr. **Moura Guedes (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Que o Governo desestabiliza quando, incapaz de se submeter a um *contrôle* democrático, procura desprestigiar esta Assembleia, negando-lhe meios de acção, recusando-lhe a presença, impondo-lhe soluções que o atraso tornou irreversíveis, bloqueando-lhe a iniciativa por a forçar a constantes ratificações dos diplomas em que ultrapassa a sua competência e esfera próprias.

O Sr. **Costa Andrade (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Que o Governo desestabiliza quando faz separatismo insular, aumentando o preço dos transportes e dos produtos transportados, dizendo-lhe, orçamentalmente, que se arranjem, com uma arrogância e um desprezo que é incapaz de ter para a menor das manifestações que lhe exigisse — e já — as mesmas verbas.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O **Orador**: — Desestabiliza ainda quando cada vez mais coloca problemas de sobrevivência nacional nas negociações que em segredo vai mantendo.

E faz o mal e a caramunha. Gera os problemas e protesta por eles terem surgido.

Parece desejoso — porque a nau mete água — de encontrar pretexto para sair em bicos dos pés e amuado.

Tornar claras as situações é sempre importante. É no conforto do escuro que se fazem cúmplices.

Que o Governo viajante pare ... e «governe».

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Queria perguntar ao Sr. Deputado Magalhães Mota, que começou por referir na sua intervenção o problema dos títulos do Tesouro, que abandonou rapidamente para entrar noutras viagens...

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Isso de viagens não é comigo.

O Orador: — Bom, o Sr. Deputado terá viajado noutras alturas.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Pouco.

O Orador: — Estou convencido de que o Sr. Deputado facilmente poderá responder à questão que vou colocar. É sabido, através da elaboração de números oficiais, não contestados, que, em relação aos títulos do Tesouro, mais de 60 % da população portuguesa ganha menos de 7 contos. Nestes números não figuram os referentes à população rural, que, como o Sr. Deputado sabe, ascende, pelo menos, a umas largas centenas de milhares de trabalhadores. Aliás, se esses números figurassem, iríamos para uma percentagem talvez de 80 % ou mais.

Sendo assim, e dado que a medida do Governo, que, ao contrário de palavras, é efectivamente um acto, quanto a mim útil, necessário e bem adaptado às circunstâncias, perguntava se o Sr. Deputado concorda ou não que uma pequena percentagem da população portuguesa seja afectada por uma poupança forçada em favor da captação de alguns milhões de contos, que serão utilizados numa política de desenvolvimento, de resolução de problemas de emprego, etc.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Manuel Moura, também para pedir esclarecimentos.

O Sr. Luís Manuel Moura (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Magalhães Mota como é que, dentro de uma realidade, a política de «chapa ganha, chapa gasta», que o Sr. Deputado constata, neste momento, na sociedade portuguesa, enquadra, muito concretamente e muito sucintamente, a medida do Governo ao propor o 13.º mês em títulos do Tesouro nas condições que já foram enunciadas.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado poderá responder, se assim o entender.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente: Eu creio que talvez tenha sido o facto de alguns Srs. Deputados terem a sensibilidade à flor da pele que os terá impedido de apreender perfeitamente o sentido da minha intervenção.

Eu pretendia, por hoje, criticar o alcance de uma «medida» — e trato-a, como tal, entre aspas — que o Governo enunciou, mas que, de facto, ainda não concretizou e me parece já hoje difícil que venha a concretizar, porque, inclusivamente por força de alguns contratos colectivos em vigor, vários subsídios do 13.º mês já foram pagos integralmente e em di-

nheiro. Mas uma vez que a questão é posta, gostaria de responder a ela. E digo «a questão», porque ambos os Srs. Deputados que me interpelaram se reconduziram, afinal, a essa mesma questão.

Pois bem, em primeiro lugar, gostaria de salientar que uma medida como esta só faria sentido se integrada num plano de conjunto. O Sr. Deputado Luís Manuel Moura teve, aliás, o cuidado de salientar que os recursos assim obtidos seriam canalizados para o emprego, para o investimento, para várias outras coisas. Eu não sei, neste momento, qual o destino a atribuir a essa poupança forçada. O que sei é que o antecedente me leva a desconfiar muito de que o destino seja bom.

Para além disso, gostaria ainda de dizer que os números invocados quanto a rendimentos traduzem precisamente um erro de óptica que também me parece estar na base desta medida. É que se pensa em rendimentos *per capita* e talvez se devesse pensar em rendimentos familiares, porque assim a medida é injusta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para um agregado familiar de cinco pessoas, que tem um vencimento de 8 contos, é grave, é sério, é importante que um conto de réis lhe seja retirado. Para um agregado familiar das mesmas pessoas, em que cada um tenha os mesmos 8 contos, por hipótese, o problema é completamente diverso. É um erro da sua conta e é também um erro da própria óptica de que o diploma — e continuo a falar por ouvir dizer — me parece enfermar. Mais do que isto, acrescentaria ainda que uma medida desgarrada, uma medida que não toma em conta os rendimentos familiares, é uma medida socialmente injusta...

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... porque não toma em conta precisamente a situação que o Sr. Deputado José Niza acentuava.

É que, precisamente pelo facto de os rendimentos em Portugal serem baixos, precisamente pelo facto de termos desigualdades marcantes na sociedade portuguesa, para muitas pessoas — e também só se essa distinção tivesse sido feita a medida poderia ser justa — o 13.º mês não é um luxo nem é destinado a consumos supérfluos. É, isso sim, destinado aos consumos essenciais, cujo custo a exiguidade dos vencimentos dos doze meses anteriores lhes não permitiu suportar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Vai usar da palavra o Sr. Deputado Américo de Sequeira.

O Sr. Américo de Sequeira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao ter a honra de, pela primeira vez neste Parlamento, poder ser corpo e voz de um povo que para tanto me deu o seu voto, quero saudar fraternalmente os meus ilustres pares e, neles, o povo livre de Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se me é permitido, quero também fazer um apelo veemente no sentido de uma autêntica luta e convivência democráticas nesta casa e fora dela, a fim de nos dignificarmos e sermos dignos do povo que nos elegeu, que representamos, que nos paga e em nós tem postos os seus olhos atentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dentro de um terno amplexo desenhado por dois braços de água — o Lima e o Minho — alonga-se o corpo donairoso de Viana distrito, desde as falésias do mar até às encostas alcantiladas e aos picos longínquos do Soajo e da Peneda ou à raia galega de Fiães e S. Gregório. Beijada nos pés pelas salsas águas, estirada na verdura edénica das margens do Lima, toucada pela alvura da neve em Castro Laboreiro e nos cumes da Gaviéria, Viana distrito é moça bela, porém ... «bela adormecida» num sono longo de séculos e possuída de sonhos dourados nascidos de fartas promessas jamais cumpridas.

Por lá passaram os senhores do Poder no «antigamente», sem que fizessem pouco mais do que babarem-se perante essa beldade nortenha, retirando-se após, a caminho de Lisboa, com a saca dos impostos que nunca tiveram a compensação que a Viana distrito era devida. Despertá-la para a vida, para o progresso, riqueza e bem-estar dos seus cerca de 300 000 habitantes, isso nunca foi coisa que preocupasse demasiado os donos deste país.

Daí que, de uma terra condenada a sobreviver penosamente à custa exclusiva de uma agricultura de minifúndio, fabricada, em vastas zonas, nos socos pendurados das encostas da serra e apoiada em processos os mais primitivos, os homens válidos para a labuta e que não se resignaram à ideia de ver os seus filhos na miséria houvessem arrancado, em êxodos maciços e em rasgos de audácia, a caminho do mundo, para venderem na estranha a sua força e a sua capacidade a quem lhes proporcionasse a casa e o pão que a sua própria pátria lhes negou.

Mas, se ontem era pobre a agricultura e essa pobreza afugentou os homens de braços hercúleos, deixando quase ermidas certas zonas, o povo teme hoje que mais pobre ainda se haja de tornar face aos factos que se enumeram: a) ausência de um crédito agrícola comportável nos seus encargos; b) ausência de um seguro agrícola tranquilizante; c) falta de uma política de fixação de preços justos ao produtor; d) falta de mecanismos de comercialização que assegurem a colocação dos produtos; e) ausência de apoio técnico efectivo, e f) o recente agravamento de custos dos fertilizantes, sementes e transportes, atitude incriável por asfixiante das iniciativas do homem dos campos do Norte, um dos mais esforçados e diligentes trabalhadores deste país, sem horários nem semanas inglesas, sem férias pagas ou mesmo gratuitas, sem 13.º mês, a não ser o que lhes é pago em títulos de pobreza, sem previdência nem reformas de velhice, sem assistência médica e medicamentosa, ao menos em pé de igualdade com os autodenominados «trabalhadores» das privilegiadas cinturas industriais, aqueles para quem os objectivos da revolução de Abril parecem esgotar-se no círculo do seu egoísmo.

Tudo isto será ainda mais grave, na medida em que o sacrifício, o suor e as lágrimas desses homens que trabalham nos campos do Norte venham a ser abocanhados pelos parasitas profissionais de manifestações, de plenários permanentes nas horas de trabalho

e fora delas, ou «bocanhantes» de rua e esganiçados de ocasião, que mais não são do que inconscientes bonecos articulados por conhecidas forças alérgicas à democracia.

Como mandatário de um campesinato pobre que me elegeu e de que tenho a honra de ser filho, é meu dever — e nunca o declinarei — ser aqui o seu corpo e a sua voz. Voz que neste momento se ergue para protestar contra a situação de flagrante injustiça social a que sempre foi e continua votada aquela terra onde Portugal começa e onde Portugal recusará a morte.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Jaime Gama (PS): — Bravo!

O Orador: — Quero aqui proclamar em voz bem alta, bem clara e sem eufemismos que, se a tragédia económica um dia se consumir, não haverá, para os responsáveis, arrependimento que lhes baste. E não se veja nisto uma ameaça ou incentivo a populismos fáceis — que repudio —, mas tão-somente o eco da voz de um povo que, sacrificado no trabalho e paciente no esperar, nem por isso deixará de se erguer resoluta e forte contra quem, demagogicamente, ousou enganá-lo.

De promessas está o povo farto; de sentimentalismos face aos seus problemas, também; de excursões governamentais eleitoralistas, não menos. O que exige, isso sim, são realizações efectivas, concretas, ao menos naquilo que, sendo básico para a sua sobrevivência, é, por isso mesmo, de prioridade absoluta.

Verifica-se no distrito de Viana do Castelo e na sua área económica uma assimetria que importa corrigir, se não integralmente, procurando, ao menos, aproximar do centro do quadrante aferidor o fiel da balança. Refiro-me ao facto — e com ele me regozijo — de Viana cidade possuir intramuros e no seu termo duas boas unidades industriais (os estaleiros e a Celnorte), enquanto — e aqui lamento-me — o interior e as terras altas do distrito têm de resignar-se a percorrer (por quanto tempo ainda?) caminhos penosos de sobrevivência, que passam apenas pelas courelas amanhadas ao sol e à chuva, sol e chuva que, tantas vezes, estiolam as esperanças ou afogam os sonhos do agricultor que vive isolado do mundo nos córregos da serra, em casas sem luz, sem saneamento, sem condições minimamente compatíveis com as mais elementares exigências da dignidade humana.

Se exceptuarmos Ponte de Lima e Ponte da Barca — o que não significa que não tenham carências —, os demais concelhos do distrito há muitas décadas que não têm estruturas de saúde com o mínimo razoável de capacidade de resposta aos problemas de uma população que, para mais num concelho como o de Arcos de Valdevez, com as suas cinquenta e uma freguesias alcandoradas, quase todas, pela serra, tem de vencer dezenas de quilómetros através da montanha, sem caminho nem carreiro para atingir o consultório de um médico na sede do concelho, onde também não há um hospital digno deste nome.

Ao concelho de Melgaço valem os médicos e hospitais de Espanha. É por isso, e pelo ostracismo a que tem sido votada, que a população do mais nortenho concelho do País ergue a sua voz a protestar contra a notícia recentemente posta a correr, e, ao

que parece, em vias de confirmação, segundo a qual a fronteira de S. Gregório vai ser despromovida, estrangulando-se, por este modo, a já débil vida comercial de toda aquela região e circunvizinhas, estimulando, por reflexo, a ilegalidade do contrabando.

Considerando que a fronteira de Valença é hoje, nas ligações com a Europa, uma das portas grandes demandada permanentemente por milhares de utentes que queimam horas e horas nas bichas de acesso; considerando, outrossim, que a cidade de Orense dista apenas 50 km de S. Gregório, o que parece imperioso é não diminuir esta unidade aduaneira, mas antes incrementá-la, melhorando-se os acessos deficientíssimos a Melgaço, por forma a promover a economia da região, do mesmo passo que se descongestionará o movimento da fronteira de Valença. E já que nisto falo, irei mais além para dizer que já é tempo de dar satisfação a uma velha e cara aspiração das gentes de Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima, abrindo-se, com carácter permanente, a fronteira de Lindoso, o que, para além de ser mais um elo entre povos que fraternalmente se entendem, seria, por outro lado, factor de promoção económica daquelas terras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É alarmante a situação de carência que afecta as populações do interior e do noroeste do Minho. Quase tudo ali falta, desde os acessos vários à electrificação, passando pela rede de saneamento básico.

O Sr. Presidente: — Passaram dez minutos, Sr. Deputado.

O Orador: — É só um minuto mais, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Orador: — Não se pense, porém, que se trata de uma área irremediavelmente pobre. É-o de facto, mas não o é nas suas potencialidades nem nas suas capacidades humanas. As aldeias da Gavieira, Peneda e Soajo — um dos pólos do Parque Nacional da Peneda-Gerês — são povoadas com tanto de primitivo como de típico, encastoadas nos flancos de serras ciclópicas que esperam pelos olhos e pela decisão das autoridades responsáveis pelo turismo português. Se lá forem em viagem de trabalho — e é preciso que vão sem demora ...

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — ... deleitar-se-ão com a beleza de uma paisagem ímpar, poderão fazer honras ao apetite saboreando espécies cinegéticas várias ou trutas deliciosas dos ribeiros frios e cantantes, bem como tonificar-se contra a poluição lisboeta com os mais lavados ares daquelas altitudes.

Depois disso, será um dever imperioso de consciência decidirem-se a arrotear a montanha para a sementeira do turismo, que ali bem pode ser fonte de riqueza e caminho para onde saiam do marasmo as populações locais. Lance o Governo as infra-estruturas que não faltarão logo as poupanças da emigração a ajudar uma obra que de sonho se volva em feliz realidade.

Se a Viana do mar dispõe já de razoáveis estruturas de turismo, a Viana das montanhas, onde as motivações abundam, espera ansiosamente que o Go-

verno se decida a lançar aí as bases de uma indústria turística, que poderá vir a ser porta rasgada e ampla para a promoção económica e social de uma região tão bela como carecida e esquecida, mas tão portuguesa como as mais portuguesas.

Disse.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Bento de Azevedo.

O Sr. Bento de Azevedo (PS): — O Sr. Deputado referiu-se aos donos deste país. Naturalmente referia-se aos antigos donos deste país que adormeceram de facto, não só a «princesa do Lima», mas igualmente todo o País, e não só.

A dias das eleições para as autarquias, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se não considera a descentralização que se pretende como um meio importante para libertar as populações dos tais donos e caciques que, infelizmente, ainda existem por todo o País. Por que é que só agora o Sr. Deputado acordou da sua letargia? Para nós, Sr. Deputado, o dono deste país é o povo. Será isso que o leva a protestar?

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para responder, se assim o entender.

O Sr. Américo de Sequeira (PSD): — Respondo com muito gosto ao Sr. Deputado que acaba de me interpelar.

É evidente, é claro, bastava estar atento para ter entendido que, quando me referi aos donos deste país, me referia aos donos deste país no ante 25 de Abril. No entanto, veio o Sr. Deputado, eufórico, querer saber se me referia também aos actuais donos deste país. Podia tê-lo feito, mas deliberadamente não quis.

Quanto a caciquismo, Sr. Deputado, se só agora me levantei para falar, fi-lo quando tive oportunidade para isso. Não foi por caciquismo, porque o caciquismo político em momento de eleições para as autarquias locais tem vindo a ser feito, desde há muito tempo, pelo partido governamental.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Vai usar da palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As nacionalizações dos grandes grupos económicos, completadas em Agosto de 1975 e que estão indissociavelmente ligadas à defesa das liberdades, da democracia e da independência nacional, constituíram e constituem as bases fundamentais da reanimação económica, da edificação de uma nova economia ao serviço do povo e do País.

Em Setembro, o VI Governo detinha nas suas mãos alavancas poderosas capazes de imprimirem um forte impulso a toda a economia, capazes de determinarem a direcção e o sentido do desenvolvimento e de responderem a um comando único minimamente planificado. Mas o que se verificou foi que, em vez de accionarem tais alavancas, optaram pelas tentativas de desarticulação do sector não capitalista e por uma política antioperária e antipopular. A direita



reaccionária, que desde o 25 de Abril joga na sabotagem, no descalabro económico e financeiro e na entrega da soberania nacional aos centros de decisão do capitalismo internacional, não escondendo, em privado, inclusive, o seu contentamento pelo agravamento da situação, assaltou de novo o aparelho de Estado a partir de Setembro de 1975. Desde então, tudo tem feito para emperrar a reorganização da economia e para estrangular as grandes transformações económicas e sociais operadas depois do 25 de Abril, utilizando com flexibilidade todas as armas e processos, desde a intriga e a calúnia à sabotagem e ao terrorismo.

A política de cedências à direita, que alguns preconizaram como a via para a conter, mostrou, com a vida, que só serviu para reforçar a sua organização e acção sabotadora, tonificar a sua arrogância e multiplicar-lhe os meios de entrar e desacreditar o processo democrático.

No plano económico não se avançou com a reestruturação da banca, dos seguros e dos sectores básicos da economia. Alguns passos que se deram nesse sentido, empurrados pelos trabalhadores, continuam a ser sabotados, a maior parte das vezes pelas administrações e conselhos directivos, onde se encontram homens estreitamente ligados aos Melos, Champallimands e Espírios Santos.

Na Petrolgal as forças de direita organizam-se com vista a dividir e a desmobilizar os trabalhadores, a entrar a reestruturação dos serviços, jogando inclusivamente com a crise da indústria petrolífera capitalista. O seu objectivo, já declarado, é o de levar à descapitalização da empresa para, numa primeira etapa, substituir o conselho de gerência e o entregar aos laiaos dos Casais Ribeiros, Santos Costas e companhia.

Na Rodoviária Nacional nunca foram nomeados os três elementos para o conselho de gerência, conforme os estatutos, mas somente dois, escolhidos pela via parentesca e partidária, o que, aliado à incompetência generalizada de indivíduos colocados em lugares-chave, tem vindo a agravar a gestão corrente e a atrasar a organização da empresa.

Na CUF os homens dos Melos multiplicam as manobras para entrar a sectorização do grupo. No sector adubeiro, depois de falhadas as tentativas para evitar a reestruturação deste ramo, procuram agora que este fique desligado do sector químico, de modo a torná-lo deficitário, para, depois, lançar sobre a opinião pública e os trabalhadores o descrédito e a desconfiança nas nacionalizações, na sua reestruturação, facilitando assim a recuperação do grupo.

A comissão de reestruturação da indústria farmacêutica, nomeada em 13 de Julho, ainda não reuniu uma só vez, mantendo-se este sector como no antigamente.

E poderíamos multiplicar os exemplos.

A verdade é que as forças de direita tudo fazem para que se mantenham os grupos económicos intactos e, com eles, a anarquia de modo de produção capitalista, a concorrência, a lei da selva, a duplicação de serviços, de modo a continuar o desgaste, o desperdício e a delapidação de valor.

O reflexo de uma tal política não se poderia deixar de fazer sentir em todos os campos: aumento de desemprego, retoma do ritmo de subida de preços igual ao de 24 de Abril, desvalorização do escudo,

diminuição dos salários reais, agravamento do deficit das balanças comercial e de pagamentos, endividamento crescente do País, esgotamento das reservas de ouro, submissão ao imperialismo. Com efeito, o deficit da balança cambial do Banco de Portugal atingiu, no final de Setembro, cerca de 27,4 milhões de contos, ou seja, mais 5 milhões de contos do que em igual período do ano passado. As estimativas da balança de pagamentos para o 1.º semestre indicavam um deficit global de 23,2 milhões de contos, ou seja, um agravamento de 7,5 milhões de contos (+47,5 %) em relação a igual período do ano anterior. No 2.º trimestre, o deficit da balança comercial atingia 25 milhões de contos, o que representava já um aumento de cerca de 18 % em relação ao ano anterior. No 3.º trimestre, o deficit subiu para 43 milhões de contos!

Em face desta situação, em vez de uma política rumo ao socialismo, assente numa dinâmica não capitalista, numa política revolucionária e nacional, num Governo de democratas e patriotas, assiste-se ao sucessivo mendigar de empréstimos, que se denominam de «ajudas», com o consequente endividamento e sujeição da independência nacional.

Sobre este assunto, é bom que não se esqueça que só o VI Governo Provisório consumiu 33,8 milhões de contos de reservas, ou seja, três vezes mais do que o IV e V Governos juntos. E não se venha com a rábula de que o facto se deve a «facturas» anteriores, pois não só não havia empréstimos a liquidar, como as balanças comercial e de transacções correntes acusaram uma significativa redução do deficit durante esse período.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se isto se verificou no domínio do comércio externo também quanto à actividade do Estado os factos não são menos concludentes.

Em Setembro de 1975, o Estado devia ao Banco de Portugal, por empréstimos obrigacionistas, cerca de 132 mil contos; um ano depois, o valor registado é de 48 148 milhões de contos. Com os quarenta e tal milhões do deficit orçamental previsto para 1977, para o qual não se indica financiamento concreto, o Banco de Portugal terá, com certeza, de vir a arranjar «espaço» para tal «buraco».

Por outro lado, em 10 de Dezembro de 1976, a dívida pública directa do Estado deve subir a 165 milhões de contos (interna 142,6; externa 22,4), passando assim de 27,2 % do PIBpm, em 1975, para 40,7 % (incluindo os avales), em 1976. Só para o serviço da dívida pública o Orçamento Geral do Estado prevê cerca de 17 milhões de contos, correspondendo praticamente à totalidade das receitas do imposto de transacções, e os juros da dívida pública montarão a 50 % do investimento previsto para 1977.

Ainda hoje o povo português não tem conhecimento das condições económicas, financeiras e políticas dos empréstimos externos, mas a verdade é que uma coisa é sabida: os nossos «amigos» capitalistas da «Europa connosco», e não só, para 910 milhões de dólares de empréstimos obrigaram-nos a hipotecar 300 t de ouro! E, ainda por cima, todos os empréstimos são a curtíssimo prazo.

Em Dezembro de 1976 vencem-se 180 milhões de dólares; em Janeiro de 1977, 485 milhões de dólares, e em Fevereiro e Maio, 215 milhões de dólares. Só os encargos financeiros suportados em 1976 por estes empréstimos atingem os 557 800 contos.



Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta política de «bancarrota», de entrega da independência nacional, encontra na direita reacção, para já, o apoio aberto ou a condescendência colaborante ... Esperam o afundamento, o agravamento da situação, esperam que o fruto esteja mais maduro, para, na altura oportuna, darem o laço e esticarem a corda, apoiados pela pressão dos credores capitalistas e imperialistas seus aliados ...

Perante isto, parece-nos que é tempo de a direcção do PS rever a sua política e as suas alianças; é tempo de os antifascistas, democratas e patriotas darem as mãos. É tempo de uma nova política económica, assente numa dinâmica não capitalista e no entusiasmo e imaginação criadora dos trabalhadores, a única via capaz de levar ao desenvolvimento económico e social, ao aumento da produção e da riqueza.

É o povo, a democracia e a Pátria que o exigem.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Manuel Moura para pedir esclarecimentos.

O Sr. Luís Manuel Moura (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acabámos de ouvir uma exposição que, para além de tudo, tem a vantagem de nem sequer ser inédita neste hemiciclo. Ainda há poucos dias o Sr. Deputado Amaro da Costa fez uma exposição perfeitamente semelhante.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Espero, porém, que esta tenha objectivos diferentes.

Concretamente, eu queria perguntar ao Sr. Deputado Carlos Carvalho se, quando refere que a dívida do Estado, em Setembro de 1975, era de 132 000 contos, enquanto agora, como refere, é de cerca de 43 milhões de contos, ignora o que é o mês de Setembro em termos de contabilidade pública e o que é o fecho das contas num ano.

Por outro lado, e ligado com isto, queria perguntar-lhe se ignora qual o *deficit* orçamental que em 1975 o VI Governo Provisório herdou dos IV e V Governos, que fizeram cerca de cinco meses de governo, meses esses que chegaram para, de certa maneira, criar determinadas situações que neste momento se verificam.

Sobre isso, eu queria lembrar determinada contratação colectiva que foi feita nos tempos dos IV e V Governos e que estão muito na base desse *deficit* de que hoje veio falar e assacar ao VI Governo, em termos de sector público.

Gostaria ainda de lhe perguntar se também ignora que da dívida pública neste momento existente, 165 milhões de contos, só 22 milhões de contos se reportam à dívida pública externa, que para isto existe um plano de pagamento e que é exactamente fundamentando-se na necessidade de não aumentar esse endividamento externo que assenta, por exemplo, uma medida que o seu partido tanto contesta, como seja a atribuição de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Carvalho poderá responder.

O Sr. Carlos Carvalho (PCP): — Sr. Deputado: Em relação à comparação com o Sr. Deputado Amaro da Costa, isso é uma opinião do Sr. Deputado que eu respeito. Mas uma coisa são os factos, outra é a política partidária ou a concepção de cada partido.

O que nós mostrámos aqui, e que o Sr. Deputado não é capaz de contestar, são os factos da situação económica e financeira que o País atravessa, devida a uma política de concessões à direita, de recuperação capitalista, uma política antioperária e antinacional de enfeudamento aos grandes grupos económicos internacionais, às multinacionais. Esta é que é a realidade concreta patenteada na minha intervenção.

Mas nós pensamos que há uma maneira de ultrapassar esta situação: não com uma política de cedências à direita, mas com uma política nacional, patriótica, assente numa nova dinâmica, não capitalista, que tenha o apoio dos trabalhadores, o seu entusiasmo, a sua imaginação criadora. Esta é que é a via.

Quanto aos pontos concretos que apresentou em relação ao débito do Estado, no sentido figurado, ao Banco de Portugal, o Sr. Deputado pode verificar, pelas folhas da situação diária do Banco de Portugal, que o agravamento para estes pagamentos não se verifica só durante o mês de Setembro. Ele tem-se acentuado em exponencial a partir de Outubro de 1975. E não se passa impunemente de cento e tal mil contos para os 48 milhões. Portanto, não se pode vir dizer que são os pagamentos os causadores do agravamento da situação da tesouraria nesta altura.

O Sr. Luís Manuel de Moura (PS): — Sr. Deputado, dá-me licença?

O Sr. Carlos Carvalho (PCP): — Faça favor.

O Sr. Luís Manuel Moura (PS): — Era para lhe lembrar que banta ver a conta diária corrente entre o Estado e o Banco de Portugal para verificar que, por exemplo, todos os anos, e tradicionalmente, no mês de Dezembro, se assiste a situações de acréscimo da dívida da ordem dos 10 milhões de contos. E o Sr. Deputado tem o exemplo concreto de 1974, em que, em 15 de Dezembro, havia um *superavit* a favor do Estado no saldo com o Banco de Portugal e no final do mesmo ano havia um *deficit* da ordem dos 10 milhões de contos.

Portanto, com as cobranças das receitas que se vão fazendo e com o desenrolar da actividade do Estado até Setembro-Outubro normalmente esses *deficits* são colmatados, voltando depois a verificar-se, exactamente, no fim do ano. O que acontece é que em 1976, como fruto da gestão que tinha sido feita em 1975, não houve possibilidade de tapar esse buraco de que o Sr. Deputado falou.

O Sr. Carlos Carvalho (PCP): — Isso é mentira, Sr. Deputado. Não é uma situação ocasional. Aconselho-o a ver a situação diária do Banco de Portugal, as folhas que o Governo tem em seu poder e que o Sr. Deputado pode consultar. Verifique que a situação é contínua, em exponencial, e não se deve a *deficits* anteriores. Deve-se, sim, a *deficits* contraídos posteriormente em virtude de uma política que não quis adoptar um plano de austeridade que tivesse em conta que quem mais devia pagar eram aqueles que mais tinham. Esta é que é a realidade.

Em segundo lugar, interpelou-me, em relação à dívida pública do Estado, se eu não teria em conta que a dívida externa do Estado é só de 22 milhões de contos. É verdade, ela é só de 22 milhões de contos. Mas esta dívida pública do Estado, que hoje atinge 40 %, com os abalos do produto interno bruto deste mercado, quando em média não deveria ultrapassar os 20 % ou 30 %, como o Sr. Deputado sabe, é hoje uma situação gravíssima que não se pode atribuir ao V Governo. Até porque, como o Sr. Deputado também sabe, durante a vigência desse Governo houve uma redução substancial na balança de transacções correntes e as medidas tomadas foram medidas que, do ponto de vista financeiro, levaram a um saneamento efectivo. Aliás, não sei porque é que o Sr. Deputado me diz isto, porque o Orçamento Geral do Estado, assinado pelo Sr. Ministro das Finanças da altura, o Sr. Dr. Francisco Salgado Zenha, diz isso mesmo e, para o confirmar, basta consultar o seu preâmbulo.

Tenho dito.

O Sr. Presidente: — Acho que disse bem, excepto ao empregar o termo «mentira», termo que deve ser banido do nosso vocabulário nesta Assembleia. Contudo, considerando que é o resultado de um momento de irreflexão, não tem importância de maior.

Como ainda restam cinco minutos para terminar o tempo do período de antes da ordem do dia, se algum Sr. Deputado desejar usar da palavra, pode fazê-lo.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa da Costa.

O Sr. Barbosa da Costa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vivemos durante um longo lapso de tempo sob a dependência do malfadado centralismo lisboeta.

Na capital, por aí se concentrarem os Ministérios e seus serviços centrais, tomavam-se as grandes e pequenas decisões das quais dependia todo o País, com épico desprezo pelas suas opiniões, pois eram aquelas infalíveis porque ditadas por espíritos iluminados.

Entretanto, o resto do País não passava de uma bela paisagem para turista ver e para o onipotente Estado recolher os meios financeiros necessários à sua autocrática gestão.

Consumada a viragem histórica, perpassou pelo espírito dos provincianos, isto é, pelos não lisboetas, que uma atenção redobrada recairia sobre os problemas das suas regiões.

O povo é comido nas suas aspirações e não estava decerto nas suas previsões que o elenco governamental passeasse o poder e distribuisse benesses em vésperas de colheita, mas tão-somente que a sua voz fosse ouvida e que fosse devolvido às autarquias locais o poder e os meios indispensáveis à gestão dos seus interesses.

Não deixa de ser ironia do Governo, que tudo fez para castrar a autonomia do poder local, que tenha tido a ingenuidade de pensar que indemnizava o povo abalando até às provincianas paragens com uma mão cheia de repórteres e porventura com meia dúzia de *dossiers*.

Mau grado a descentralização que a Constituição preconiza e os sucessivos governos prometeram, raro é o empreendimento com um certo vulto que as autoridades municipais não tenham de pôr à consideração dos Ministérios para obter não só a autorização, mas sobretudo os meios financeiros necessários para a sua concretização.

Oriundo de Vila Nova de Gaia, 3.º concelho do País, tenho verificado que vive numa dupla dependência, pois mais não é que uma terra de passagem obrigatória para a cidade do Porto.

Povoação antiga, com os problemas próprios dessa circunstância, é também burgo novo, com as naturais consequências de ser um dos dormitórios do Porto.

Contudo, Gaia é um povo e não apenas um espaço territorial.

É gente que trabalha, gente que anseia por dias melhores, gente que quer condições vitais para se realizar.

Entre outros, gostaria de aflorar os mais graves problemas que afligem o povo gaiense.

Avulta entre eles o da habitação, que em certos sectores é particularmente grave, desde as zonas ribeirinhas e da zona velha da vila, em Santa Marinha, às regiões suburbanas, onde se continua a habitar casas em ruínas, em casas transformadas em ilhas, em casas de lavoura e seus anexos adaptados a habitações.

Infelizmente o ritmo e sobretudo o preço das novas construções não permite a modificação de tal estado de coisas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado: Pode fazer a sua alegação sem pressa, porque se encontra na Mesa um requerimento pedindo a prorrogação do período de antes da ordem do dia. Portanto, escusa de se apressar.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Voltando ao problema da tão propalada descentralização, não compreendemos como se exige que os processos de urbanização, loteamento e construção de casas tenham de ser submetidos à Circunscrição de Urbanização do Norte, mais preocupada em fazer política partidária do que em resolver os problemas que lhe são postos, quando a Câmara Municipal de Gaia dispõe de gabinetes técnicos próprios.

Por outro lado, não é com medidas como as de alguns iluminados militares que, em determinada altura da vida portuguesa, deram carta branca à construção de habitações clandestinas na escharpa da serra do Pilar, esquecendo-se que estavam, porventura, a levar essas populações à morte iminente, provocada pelo desmoronamento de terras que, mais tarde ou mais cedo, poderá verificar-se, dada a particular natureza do terreno.

Um tímido passo foi dado com a adjudicação de pouco mais do que uma centena de habitações com a comparticipação do respectivo Fundo de Fomento.

Esperam os gaienses que os planos previstos e prometidos sejam rapidamente concretizados.

No capítulo da saúde, detém esta terra o triste *record* do número de casos de cólera do País.

É evidente que não é por acaso que tal acontece.

O saneamento, afora o restrito centro da vila, não existe, sendo extremamente grave a situação na zona piscatória da Afurada.

O abastecimento de água é um luxo das freguesias próximas do Porto e da orla marítima, enquanto o resto do concelho se banqueteia com água inquinada, que é comum a cerca de 80 % dos poços abastecedores, com particular incidência em Oliveira do Douro.

A esperança de dias melhores reside na captação de água de Lever, que se encontra em fase de execução.

Isto para não falar na deficiente recolha de lixo e seu necessário acondicionamento, mau grado a actividade da Câmara Municipal, que se tem redobrado em esforços na tentativa de melhorar as condições sanitárias do concelho.

Tivemos conhecimento da criação legal do Centro Hospitalar de Gaia, levada a cabo na reunião do Conselho de Ministros realizada na cidade do Porto.

Regozijamo-nos com tal notícia, na esperança de que o necessário salto da lei à prática se verifique rapidamente.

Mercê de um moroso acesso à cidade do Porto, pela intensidade do trânsito e seu difícil escoamento, muitas vidas correm perigo durante o seu transporte ao hospital mais próximo.

Urge pôr em funcionamento, desde já, os serviços de urgência do Hospital Distrital de Gaia, que servirá uma vasta faixa populacional a sul do rio Douro e descongestionará os hospitais portuenses.

Por outro lado, torna-se imperioso dinamizar os postos clínicos da Previdência, dotando-os dos meios que lhes possibilitem uma resposta pronta às solicitações dos seus utentes.

No que concerne ao ensino, o problema das instalações, sobretudo para o ensino preparatório e secundário, é considerado pelos técnicos do Ministério respectivo como catastrófico.

Tem a autarquia local procurado responder às necessidades substituindo o Estado no aluguer das instalações particulares, porque a situação é tão grave que não pode esperar que a afluente burocracia do Poder Central responda às suas necessidades.

Urge planificar desde já para substituir o pardieiro pela sala arejada e para subdividir a turma de quarenta e mais alunos em outras com um mínimo de condições pedagógicas na tentativa de melhorar as condições de aprendizagem de cerca de 50 000 estudantes gaienses.

O Sr. **Pedro Roseta (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Ainda no âmbito escolar, não podemos calar a situação existente na zona dos Carvalhos com uma população de cerca de 3000 alunos que todos os dias desafiam a morte, pois têm de atravessar a estrada de acesso ao Porto.

Vários alunos já pereceram enquanto a olímpica Junta Autónoma de Estradas não permite que se coloque sequer uma zebra indicativa da passagem de peões, com a alegação de que tal não é permitido numa estrada daquele tipo.

Muitos outros problemas preocupam a população de uma terra que vive na sombra de uma cidade, mas que não quer ser cidade, mas, apenas, ter direitos de cidadania que, de uma vez por todas, devem chegar a todos os pontos do País.

O Sr. **Pedro Roseta (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos consciência plena de que esta situação não é exclusiva de Vila Nova de Gaia mas comum a todos os concelhos nas mesmas circunstâncias.

Mas queremos alertar para a necessidade de dotar as autarquias de meios para a prossecução dos interesses das populações respectivas, através de finanças próprias, cujo regime será estabelecido por lei e visará a justa retribuição de recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias, como estabelece a Constituição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esperamos que esta Assembleia defina rapidamente o esquema legal que viabilize uma efectiva descentralização e que o Governo a ponha em prática para que se processe a urgente resolução das necessidades mais instantes do povo português.

As próximas eleições para as autarquias colocarão na sua direcção as pessoas em quem o povo confiar.

Contudo, as eleições são apenas um passo necessariamente infrutífero se não se possibilitarem os meios indispensáveis à eficácia da sua gestão, que passa pela existência de um conjunto de condições que permitam uma actividade produtiva.

As câmaras municipais não podem continuar a ser o órgão que passa só atestados de bom comportamento ou licenças para cães, mas, sobretudo o órgão planeador e executor das medidas tendentes à melhoria das condições de vida dos munícipes sem haver necessidade de vir à capital, como em tempos de má memória, mendigar dinheiro para o lavadouro ou escola, com a promessa de obtenção de maior número de votos nas eleições.

A independência da actuação dos dirigentes das autarquias locais exige, de imediato, a efectiva descentralização, que é tão cara ao espírito do povo português.

Tenho dito.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados: Encontra-se na Mesa um requerimento do Partido Socialista, subscrito pelo número de Deputados que o Regimento exige, pedindo o prolongamento do período de antes da ordem do dia por mais uma hora.

Chamo a atenção do Partido Socialista para o facto de o artigo 84.º do Regimento ser expresso ao dizer «que o prolongamento não poderá verificar-se mais do que uma vez em cada semana parlamentar» e que «durante ele poderá usar da palavra um Deputado de cada partido por cinco minutos».

Portanto, se cinco vezes cinco são vinte e cinco, não sei como é que pedem uma hora.

*Pausa.*

Parece-me que, à face do texto regimental, a minha interpretação é correcta e não vejo como é que possa haver outra. Se há algum esclarecimento, agradeia muito.

*Pausa.*

Tenha a bondade, Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. **Sérvulo Correia (PSD)**: — Por termos dúvidas e porque gostamos que o Regimento seja cumprido, desejaríamos que a Mesa informasse se na terça-feira passada não houve já prorrogação do período de antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente: — Eu não tenho presente, mas pode ser que algum membro da Mesa se recorde.

Como não se lembram, só o poderemos saber consultando as actas.

Tenha a bondade, Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Queria também lembrar que já há o precedente nesta Câmara de que este período de prorrogação não conta para efeito de declarações políticas. Mas nós não sabemos se o Partido Socialista pretende ou não utilizar a prorrogação para uma declaração política.

O Sr. Presidente: — Isso é correcto. Portanto o Partido Socialista fará o favor de esclarecer se se trata ou não de fazer uma declaração política.

Tenha a bondade, Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu não tenho presente o que é que se passou na última reunião, mas suponho que o que nela existiu foi um requerimento para uma declaração política. Nós agora desejávamos fazer uma declaração política sobre o dia que ontem passou: o dia 1.º de Dezembro.

O Sr. Presidente: — Simplesmente o Sr. Deputado devia ter-se inscrito antes do início dos trabalhos.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Suponho que ainda ninguém do meu partido utilizou esta semana a faculdade de fazer qualquer espécie de declaração política. Sendo assim, parece-me que a referência que nós queremos fazer ao dia 1.º de Dezembro estará abrangida pela interpretação que aqui foi feita das disposições aplicáveis numa altura destas. Foi por isso que pedimos a prorrogação.

O Sr. Presidente: — Mesmo assim, há a disposição que diz que as declarações políticas têm de ser anunciadas à Mesa no início da sessão. Suponho que não estou em lapso.

O Sr. Deputado Vital Moreira pretende usar da palavra?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Prescindindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Partido Socialista coloca-me numa situação muito difícil e estou com bastantes dificuldades para sair dela.

Se efectivamente se trata de uma inscrição para uma declaração política, não há dúvida nenhuma que, à face do texto do Regimento, tinha de ser apresentada antes do início dos trabalhos. Mas parece-me que há quem entenda o contrário e eu estou perfeitamente disposto a ouvir para me esclarecer e modificar a minha opinião, se for caso disso.

Tenha a bondade, Sr. Deputado António Arnaut.

O Sr. António Arnaut (PS): — Sr. Presidente: Permitto-me, com a devida vénia, discordar da interpretação de V. Ex.ª

Se o Partido Socialista quisesse fazer uma declaração política nos termos do artigo 83.º, certamente que teria de cumprir a tramitação aí estabelecida. Simplesmente, o Partido Socialista deseja usar da

palavra nos termos do artigo 84.º, para o que tem o período de cinco minutos. Durante este período o Partido Socialista, ou qualquer partido, é livre de fazer a intervenção que entender e, consequentemente, pode também fazer uma declaração política. O que não pode é exceder o tempo previsto neste artigo 84.º

O Sr. Presidente: — Poderia muito bem o Sr. Deputado José Luís Nunes ter chamado a isso outra coisa que não uma declaração política e o problema ficava desde logo solucionado.

No entanto, estou permeável a qualquer sugestão. Tenha a bondade, Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O problema do período de antes da ordem do dia comporta duas questões: em primeiro lugar, existe uma ordem normal de inscrições de Deputados e, em segundo lugar, qualquer partido pode, uma vez por semana, fazer uma declaração política, independentemente das inscrições dos seus Deputados.

Está estabelecido que as inscrições para declarações políticas devem ser feitas até ao início da reunião a que respeitam e, por uma prática até agora não contestada, essas declarações políticas tem-se entendido terem precedência sobre as inscrições de Deputados, isto é, serem feitas com eventual prejuízo das intervenções dos Deputados.

Nestes termos, eu queria ser esclarecido sobre dois pontos: primeiro, se aquilo que o Partido Socialista agora requer é efectivamente fazer uma declaração política partidária; segundo, não sendo, como acaba de ser informado pelo Sr. Deputado António Arnaut, o que não tinha sido tornado claro até agora, se o período de antes da ordem do dia já foi prolongado ou não na presente semana. É que, se já o foi, parece-nos que o não pode ser segunda vez. Se se trata de uma declaração política partidária, parece que também não pode ser feita, porque não só não foi anunciada a tempo, como deixou entretanto decorrer intervenções de Deputados que estavam inscritos.

O Sr. Presidente: — Estamos à espera para conferir a acta e verificar se, na terça-feira, foi ou não pedido qualquer prolongamento do período de antes da ordem do dia.

Entretanto, Sr. Deputado Sérvulo Correia, tenha a bondade.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Eu creio que o Sr. Deputado Vital Moreira equacionou o problema com inteiro rigor e lógica.

O Sr. Presidente: — Depois de ter mandado averiguar, parece-me que efectivamente já foi feito um prolongamento. Mas esta informação vai ser confirmada, porque não me recordo. Com certeza não era eu que estava a presidir à sessão. Talvez o Sr. Deputado António Arnaut se recorde.

O Sr. António Arnaut (PS): — Na verdade, informo V. Ex.ª e nossos colegas de que já houve um prolongamento, na terça-feira, sob a minha presidência.

O Sr. Presidente: — Depois da informação que me foi fornecida pelo então Presidente da Mesa não posso, de maneira nenhuma, deferir o requerimento.

## ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Vamos, portanto, passar ao período da ordem do dia, com uma rectificação que se impõe fazer.

Foi mal incluído na nossa ordem do dia, por inadvertência dos serviços, o início da apreciação do projecto de lei n.º 23/I sobre a atribuição à Assembleia da República da superintendência nos meios de comunicação social estatizados. Passaríamos, portanto, à segunda parte.

Antes, porém, quero informar a Assembleia, que decidirá como entender, de que fui procurado pelo Sr. Ministro Jorge Campinos, que me anunciou a entrega na Mesa de uma carta do Governo pedindo que a apreciação da ratificação de um dos decretos-leis da ordem do dia de hoje fosse adiada. Isto porque o Governo entendia que era indispensável a presença na Assembleia do Sr. Ministro dos Transportes, que neste momento se encontra, em serviço público, em Paris.

Portanto, interrompo a sessão para aguardar a carta do Governo, sobre a qual os Srs. Deputados depois se pronunciarão.

*Eram 16 horas e 40 minutos.*

O Sr. Presidente: — Interrompo o período de suspensão para dizer que, se os Srs. Deputados estiverem de acordo, talvez fosse útil uma reunião dos grupos parlamentares no meu gabinete. Iremos trocar impressões sobre esta ordem do dia, que tem certas implicações.

Entretanto, continuo à espera da carta do Governo, que já cá devia estar.

*Eram 16 horas e 55 minutos.*

O Sr. Presidente: — Na reunião dos grupos parlamentares, que ainda decorre, têm-se levantado problemas quanto às sessões subsequentes, incluindo as sessões da próxima semana.

Há um justo receio de que efectivamente, para a semana que vem, por estarmos próximo do acto eleitoral, eventualmente possa não haver quórum. Todos estes problemas vão ser agora debatidos pelos grupos parlamentares, que depois me informarão do que for decidido.

Portanto, fica a sessão de novo suspensa, agora até às 18 horas e 30 minutos.

*Eram 17 horas e 30 minutos.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 50 minutos.*

Depois da reunião dos grupos parlamentares, e tendo em atenção que reconheceram a necessidade da presença do Sr. Ministro dos Transportes para a discussão do primeiro decreto-lei, deliberou-se que amanhã haverá sessão às 14 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: a constituição da deputação da Assembleia da República ao Conselho da Europa, que amanhã será anunciada, pois já encetámos os trabalhos nesse

sentido, e também o debate sobre a ratificação do Decreto-Lei n.º 821/76, com a presença do Sr. Ministro do Trabalho.

Portanto, não pode deixar de haver sessão amanhã e espero que os Srs. Deputados o compreendam.

Também quero anunciar que na quinta e sexta-feira da próxima semana haverá sessões. A ordem dos trabalhos dessas sessões será anunciada naturalmente amanhã.

E creio que é tudo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente: Eu creio que não basta para esclarecimento da Assembleia e do público, depois de uma intervenção tão prolongada, que se diga simplesmente que os grupos parlamentares reconheceram a conveniência de o Sr. Ministro cá estar.

A ordem do dia tinha sido fixada com antecedência. O Sr. Ministro não está e efectivamente nós reconhecemos essa conveniência. Mas seria precisa uma explicação mais cabal para que todos conheçamos as razões pelas quais uma vez mais o Governo não pôde estar presente nesta Assembleia.

O Sr. António Arnaut (PS): — Não apoiado!

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro encontra-se em Paris. É a única informação que eu posso dar.

O Orador: — Gostaria então que ficasse registado que no Ministério dos Transportes, quando o Ministro se ausenta para Paris, não há Secretários nem Subsecretário de Estado e não há no Governo mais quem o possa substituir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Uma voz do PS: — Não apoiado!

O Sr. Presidente: — Ficará registado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Existe em todos os parlamentos do Mundo aquilo a que se chama o *gentlemen's agreement*.

O que se passa aqui é que numa reunião que fizemos agora se verificaram três pontos. O primeiro ponto é que o Governo foi só informado hoje de que devia estar presente.

O segundo ponto é que o Governo julgava que fosse o Sr. Ministro dos Transportes a pessoa mais indicada para estar presente nesta Assembleia.

O terceiro ponto é que todos os grupos parlamentares consideraram que o Sr. Ministro dos Transportes não podia estar presente nesta Assembleia pela razão óbvia e evidente de que se encontrava em Paris em serviço da República.

Dito isto, ou conjugados estes dois factos — que o Sr. Ministro dos Transportes se encontrava em Paris e que o Governo tinha sido avisado hoje de que devia estar presente nesta Assembleia —, os grupos parlamentares decidiram ou consideraram mais importante ceder ante a celeridade que pretendiam, em relação à eficácia da presença do Sr. Ministro dos Transportes.

Decidiu-se e marcou-se para amanhã a continuação da sessão com uma ordem de trabalhos diferente, analisando-se o seguinte:

Segunda-feira é dia de descanso. Terça-feira é uma antevéspera de feriado. E depois verificou-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que há uma parte omissa no Regimento desta Assembleia e que é esta: é que pelo menos os partidos que estão implicados — e somos nós todos — na campanha eleitoral tinham programadas muitas intervenções em que estavam envolvidos alguns dos Srs. Deputados na campanha eleitoral para as autarquias locais.

Assim como aqui foi decidido que durante os congressos dos partidos não haveria plenários da Assembleia, idêntica atitude podia ter sido tomada — se não fosse necessário dar vazão a alguns problemas urgentes, nomeadamente a proposta de lei do Plano e Orçamento — em relação ao problema das eleições para as autarquias locais. Esta é a verdade nua e crua.

A todos aqueles, nomeadamente o Sr. Deputado Magalhães Mota, que pretendem pura e simplesmente retirar efeitos políticos destes factos nós deixamos, com o juízo que as pessoas podem fazer e com a informação que agora fica dada, os correlativos proveitos e a correlativa responsabilidade. É só isto.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Vem-nos dar razão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós assentimos a que a ordem do dia marcada para hoje fosse passada em parte para amanhã e para a próxima semana porque concordámos que seria útil e conveniente que o membro do Governo mais responsável pelo decreto-lei, cujo pedido de ratificação está marcado para hoje, devesse estar presente e porque nós e todos os membros da Assembleia que estiveram na reunião que se desenrolou neste entretempo fomos informados de que, lamentavelmente, o Governo não tinha sido informado com a antecedência devida para que pudesse cá estar.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Isto era importante dizer-se para que se não retirem conclusões que os factos conhecidos por todos de modo algum admitem.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, entendemos dever dizer que a Assembleia — que tinha marcado reuniões para hoje e amanhã — realizará amanhã a sua reunião e também na próxima semana para apreciar problemas que estão na ordem do dia e que devem ser apreciados o mais rapidamente possível para que a Assembleia tenha o máximo de tempo disponível para aprovar uma lei que provavelmente nos irá ocupar durante vários dias. Refiro-me concretamente à lei do Plano e do Orçamento.

A não se realizarem estas reuniões até ao dia das eleições para as autarquias locais, correr-se-á o risco de gastar tempo que será necessário para discutir essa lei.

Foram as considerações iniciais e estas que nos determinaram a concordar com dois pontos muito precisos: que hoje não se prosseguisse na reunião por ausência do Ministro dos Transportes e que amanhã e na quinta-feira e sexta-feira da próxima semana haja reuniões com a ordem do dia já conhecida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Queria apenas agradecer os aditamentos que foram dados e que efectivamente correspondem ao esclarecimento que seria desejável.

Efectivamente — e não por meu intermédio — ficou a pairar a questão de que o Governo não tinha aqui estado e nem podia estar porque o Sr. Ministro não tinha aparecido. O que se verifica é que, por lapso da Assembleia, o Governo não foi convocado. É um esclarecimento importante e que convém que também fique registado.

O segundo ponto é o de que foi possível chegar-se a um acordo quanto à ordem de trabalhos. Eu creio que também é importante assinalar-se isso e que esta Assembleia procura, na medida das possibilidades que lhe são dadas, cumprir a missão que lhe é atribuída.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É importante que isso se assinale, mas é também importante que se façam ressaltar e que efectivamente ressaltem as dificuldades que a esta Assembleia constantemente são postas — até para o bom exercício dos seus trabalhos e da sua missão — por deficiências de toda a ordem.

Terceiro e último ponto: creio que efectivamente o trabalho desta Assembleia deve preferir ao trabalho político da campanha eleitoral para as autarquias locais ...

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... até porque os partidos suficientemente implantados a nível nacional não precisarão dos Srs. Deputados para fazer campanha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Faltou só acrescentar que era preciso e conveniente alterar o Regimento no sentido de se estabelecerem regras muito precisas quanto à presença do Governo, sempre que fosse indispensável estar presente.

O Regimento é completamente omissivo a esse respeito, mas eu espero que viremos a ter tempo para o alterar nesse ponto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Deputado Magalhães Mota: Faltou acrescentar que na próxima terça-feira vai haver uma reunião com uma delegação do Governo para definir as formas de contacto entre a Assembleia e o Governo. E terá talvez faltado dizer, reproduzindo aquilo que estivemos agora a dizer lá dentro, que essas dificuldades que existem se devem essencialmente à falta de instalações, à falta de pessoal e de estrutura.

ras de que nem esta Assembleia nem o Governo são efectivamente culpados. E faltaria ainda acrescentar um número muito grande de coisas que, por respeito ao lugar onde me encontro, e por decoro, eu prefiro deixar no tinteiro.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Ó Sr. Deputado! ...

O Sr. Presidente: — Então parece que os assuntos já estão esclarecidos.

Na terça-feira teremos a tal reunião dos representantes dos grupos parlamentares com o Governo e com os presidentes das Comissões. Amanhã teremos sessão às 14 horas.

Torno a repetir que a constituição da deputação parlamentar da Assembleia da República no Conselho da Europa tem de ser apresentada amanhã, outra notícia que nos chegou também inesperada do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A despeito de se ter pedido, na reunião que se realizou há quinze dias ou mais, em que o assunto ficou decidido, aos grupos parlamentares para indicarem os nomes dos seus representantes para o Conselho da Europa, até hoje ainda não o fizeram.

Temos, portanto, para a sessão de amanhã, além da designação desta deputação da Assembleia, o debate sobre a ratificação do Decreto-Lei n.º 821/76, com a presença do Sr. Ministro do Trabalho.

Muito boa noite, Srs. Deputados. Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 5 minutos.*

#### *Documentos enviados para a Mesa durante a sessão:*

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República:

Para os efeitos do n.º 4 do artigo 41.º do Regimento, comunico a V. Ex.ª as seguintes alterações na composição da representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na Comissão Especializada Permanente de Trabalho:

O Deputado Severiano Falcão substitui, como efectivo, o Deputado Domingos Abrantes Ferreira;

O Deputado António Marques Pedrosa substitui, como efectivo, a Deputada Ercília Carreira Pimenta Talhadas.

Nos termos do artigo 42.º do Regimento, solicito a V. Ex.ª as diligências necessárias à substituição do Deputado Domingos Abrantes Ferreira pelo Deputado Severiano Pedro Falcão no exercício das funções de vice-presidente da mesa daquela Comissão.

Com os meus melhores cumprimentos.

29 de Novembro de 1976. — O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, *Carlos Briço*.

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República:

O jornal *A Luta*, de 29 de Novembro, publicou uma breve reportagem intitulada «Timorenses acampados

no vale do Jamor — Um problema que é de nós todos» e mais concretamente sobre a situação dos desalojados timorenses acampados na Quinta do Balteiro.

Também na Quinta da Graça e possivelmente noutras locais se encontram mais refugiados timorenses e em condições que não devem ser muito diferentes daquelas em que estão os que se encontram acampados na Quinta do Balteiro.

Requeiro, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, que, pelo Alto-Comissário para os Desalojados, me sejam fornecidas as seguintes informações:

1. Qual é o número de desalojados timorenses que se encontram em Portugal e quantos têm menos de 14 anos;
2. Que projectos estão em estudo para modificar substancialmente a situação dos mesmos timorenses;
3. Se entre as hipóteses encaradas e a encarar, a emigração para a Austrália e o Brasil tem alguma viabilidade.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1976. — O Deputado do Grupo Parlamentar do PS, *Alberto Martins Andrade*.

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República:

Tendo recebido algumas solicitações pessoais e por carta de deslocados do ultramar, os quais afirmam encontrar-se em situações difíceis, requeiro, ao abrigo das disposições regimentais, que o Sr. Alto-Comissário para os Desalojados me mande esclarecer sobre o que houver por conveniente sobre os casos específicos a que se referem os signatários dos documentos em anexo.

Muito grato pela atenção, subscrevo-me muito atenciosamente.

Lisboa, 30 de Novembro de 1976. — O Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, *Bento Elísio de Azevedo*.

Em anexo: seis documentos.

#### *Deputados que entraram durante a sessão:*

##### Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alvaro Monteiro.

António Duarte Arnaut.

António Jorge Moreira Portugal.

António Manuel de Oliveira Guterres.

Avelino Ferreira Loureiro Zenha.

Carlos Alberto Andrade Neves.

Florival da Silva Nobre.

Francisco de Almeida Salgado Zenha.

Jaime José Matos da Gama.

Jerónimo Silva Pereira.

João Joaquim Gomes.

José Alberto Menano Cardoso do Amaral.

José Maria Parente Mendes Godinho.

Manuel Augusto de Jesus Lima.

Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo.

Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.

Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.



## Partido Social-Democrata (PSD)

Fernando José da Costa.  
João António Martelo de Oliveira.  
Manuel Cunha Rodrigues.  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.  
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

## Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
António Simões da Costa.  
Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.  
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
Francisco António Lucas Pires.  
José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.

## Partido Comunista Português (PCP)

Domingos Abrantes Ferreira.  
Georgete de Oliveira Ferreira.  
Joaquim Gomes dos Santos.  
Manuel Pereira Franco.  
Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
Vital Martins Moreira.

*Deputados que faltaram à sessão:*

## Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.  
Alfredo Pinto da Silva.  
António Alberto Monteiro de Aguiar.  
António Chaves Medeiros.  
António Fernandes da Fonseca.  
António Magalhães da Silva.  
António Poppe Lopes Cardoso.  
Beatriz Almeida Cal Brandão.  
Carlos Cardoso Lage.  
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.  
Edmundo Pedro.  
Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
Francisco do Patrocínio Martins.  
Francisco Soares Mesquita Machado.  
João Francisco Ludovico da Costa.  
João da Silva.  
Joaquim Oliveira Rodrigues.  
Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
José Cândido Rodrigues Pimenta.  
José de Melo Torres Campos.  
Maria Emília de Melo Moreira da Silva.  
Maria Margarida Ramos de Carvalho.  
Mário Manuel Cal Brandão.  
Rui Paulo do Vale Valadares.  
Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

## Partido Social-Democrata (PSD)

António Augusto Lacerda de Queiroz.  
António Egídio Fernandes Loja.

António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
António Júlio Correia Teixeira da Silva.  
António Moreira da Silva.  
Armando António Correia.  
Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Fernando José Sequeira Roriz.  
Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro.  
João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
José Adriano Gago Vitorino.  
José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.  
José Rui Sousa Fernandes.  
José Maria Alves da Silva.  
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
Manuel Joaquim Moreira Moutinho.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Nicolau Gregório de Freitas.  
Olívio da Silva França.  
Sebastião Dias Marques.

## Centro Democrático Social (CDS)

Alcino Cardoso.  
Carlos Alberto Faria de Almeida.  
Carlos Galvão de Melo.  
Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
Emílio Leitão Paulo.  
Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.  
João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
João Gomes de Abreu de Lima.  
João Lopes Porto.  
João da Silva Mendes.  
José Cunha Simões.  
José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
José Manuel Cabral Fernandes.  
Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
Maria José Paulo Sampaio.  
Nuno Krus Abecasis.  
Rui Fausto Fernandes Marrana.  
Ruy Garcia de Oliveira.  
Vitor António Augusto Nunes de Sá Machado.  
Walter Francisco Burmester Cudell.

## Partido Comunista Português (PCP)

Américo Lázaro Leal.  
António Dias Lourenço da Silva.  
José Manuel da Costa Carreira Marques.  
Manuel do Rosário Moita.  
Zita Maria de Seabra Roseiro.

## União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDACÇÃO, *Januário Pinto.*

PREÇO DESTE NÚMERO 8\$00

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA